



A BENEFICÊNCIA

# FAMILIAR

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DESDE 1877

RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO  
PARECER DO CONSELHO FISCAL

2017

-Página propositadamente em branco-

## A BENEFICÊNCIA FAMILIAR (A.S.M.)

### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De harmonia com os n.ºs 1 e 3 do Artigo 65.º dos Estatutos de A BENEFICÊNCIA FAMILIAR – Associação de Socorros Mútuos, convoco os Senhores Associados a reunir em Assembleia Geral Ordinária, na Sede Social desta Associação, sita à Rua Formosa, n.º 325 – 2.º andar, nesta Cidade do Porto, no próximo dia 27 de Março de 2018, pelas 17,15 horas, a fim de ser tratada a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício do ano de 2017, de A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos.

Solicitamos aos senhores associados em pleno gozo dos seus direitos o favor de comparecerem com alguns minutos de antecedência e que se façam acompanhar do respetivo documento de identificação e cartão de associado.

Se não comparecerem mais de metade dos associados existentes, a Assembleia reunirá uma hora depois (18,15 horas), com qualquer número de associados presentes.

NOTA: O relatório de atividades e as contas do exercício do ano anterior encontrar-se-ão disponíveis para consulta de todos os associados na Secretaria d' A BENEFICÊNCIA FAMILIAR – Associação de Socorros Mútuos, durante as horas de expediente e em [www.abfamiliar.pt](http://www.abfamiliar.pt), nos oito dias que antecedem a data de realização da Assembleia.

Porto, 09 de Março de 2018

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL  
  
a) Manuel Joaquim Oliveira Rodrigues Silva

## CORPOS SOCIAIS

### ASSEMBLEIA GERAL

ASSOCIADO	NOME	CARGO
44606	Manuel Joaquim Oliveira Rodrigues Silva	Presidente
42680	Elisabete Tavares Lemos	1ª Secretária
48772	Helena Maria Silva Machado Barroso	2ª Secretária

### DIREÇÃO

#### EFETIVOS

ASSOCIADO	NOME	CARGO
43277	Carlos Jorge Costa Azevedo Silva	Presidente
29637	Ana Eugénia Alves Nogueira Carvalho	Secretária
20662	António Ferreira Pinheiro	Tesoureiro
11364	Orlando Rui Teixeira Veiga	Vogal
54782	Manuel Joaquim Ribeiro Ferreira	Vogal

#### SUPLENTES

ASSOCIADO	NOME
35614	Manuel César Soares Palma
48774	Marla Paula Pena Ribeiro
30410	Maria Luísa Barbosa Almeida
18658	José António Teixeira Veiga
38756	António Augusto Silva Coelho

### CONSELHO FISCAL

#### EFETIVOS

ASSOCIADO	NOME	CARGO
46558	Abílio Marques Lemos Bastos	Presidente
36628	Rui Melo Cosme	Secretário
19012	António Fernando Rebelo Moreira	Relator

#### SUPLENTES

ASSOCIADO	NOME
51963	Manuel Couto Ribeiro
16246	António Marques Santos Silva

## RELATÓRIO DA DIREÇÃO

### **A BENEFICÊNCIA FAMILIAR DO PORTO – ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS**

Estimados Associados,

A Direção apresenta-vos, para vossa apreciação e deliberação, o Relatório de Atividades e as Contas referentes ao exercício de 2017. Neste documento destacamos as principais realizações deste período, esperando a vossa opinião justa e imparcial.

#### **ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL**

No ano de 2017, formou-se em Portugal a Confederação da Economia Social, organização que congrega as diferentes “famílias” de entidades do setor cooperativo e social. Pela primeira vez no nosso País, as entidades da Economia Social uniram-se, ganhando força no diálogo institucional com o Governo e outros organismos da Administração Pública. Esta crescente capacidade reivindicativa está de acordo com a importância do setor na economia (2,8 % do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional) e no emprego (5,2 % do total da população empregada do País) evidenciada pela Conta Satélite da Economia Social, publicada pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2016 e baseada em dados de 2013.

As associações mutualistas, através da União das Mutualidades Portuguesas, estão representadas nesta Confederação.

De resto, o Movimento Mutualista, enquanto sistema de apoio social complementar, prosseguiu o diálogo com os poderes políticos e outras organizações, no sentido de obter o reconhecimento da sua importante função na sociedade, pois representa cerca de dois milhões e quinhentos mil utentes dos seus serviços. O ano de 2017 foi intenso no debate sobre o novo Código das Associações Mutualistas – a ser aprovado em 2018 – e nas negociações com os representantes dos trabalhadores, para a celebração de um Contrato Coletivo de Trabalho.

A nossa Associação esteve presente em todos os eventos relevantes para o Mutualismo que ocorreram no ano passado. Defendemos a complementaridade, a partilha de serviços e o trabalho em rede das associações mutualistas. Só assim poderemos servir cada vez melhor os nossos associados.

Os elementos da Direção desdobraram-se para poderem comparecer, tanto em conferências, como nas assembleias gerais das diferentes instituições em que estamos filiados, assim como em sessões solenes das nossas congéneres. Envolvemos os nossos trabalhadores nesta tarefa de representação, nomeadamente no Fórum *Portugal – Economia Social* e em Jornadas Mutualistas Regionais. Solicitámos a adesão ao *Conselho Local de Apoio Social do Porto*, do qual já somos membros de pleno direito.

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

### NÚMERO DE ASSOCIADOS

Os quadros seguintes mostram que continuamos a perder associados, o que muito nos preocupa. No entanto, em 2017, voltámos a diminuir o número de perdas, tanto em valor absoluto (-213), como relativo (-0,4%). Assim, apesar da subida do número de óbitos (+95), fruto do envelhecimento dos nossos associados, diminuámos as perdas por abandono (-246) e aumentámos as admissões e readmissões (+62).

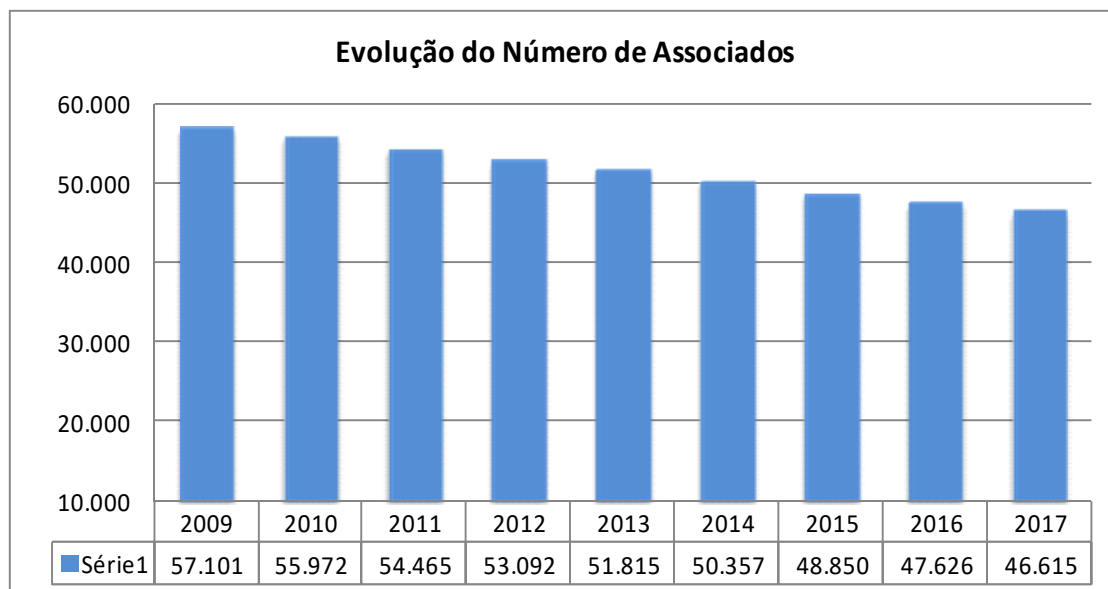
Vários fatores contribuíram para estes resultados: i) as campanhas de angariação de novos associados, com incentivos, como a oferta da joia e outros; ii) o estabelecimento de parcerias com diferentes entidades para a prestação de mais e melhores serviços aos nossos associados, o que tornou mais aliciante pertencer à nossa Associação; iii) a estratégia de comunicação desenvolvida, através da distribuição de flyers pela nossa rede de assistentes de cobrança e da “Hora Mutualista” na Rádio Festival, que permitiu informar a população em geral de todos os serviços que disponibilizamos aos nossos associados; iv) o esforço de readmissão, através do contacto do nosso *call center*, tentando identificar as razões para os abandonos e revertê-los e v) a prática, a partir de meados do ano, do envio de mensagens para os telemóveis dos associados em incumprimento, alertando-os para a aproximação do prazo de perda de direitos.

Acreditamos ser possível, com o empenho de TODOS, estancar a perda de associados e fazer crescer a nossa grande família mutualista.

MOVIMENTO GERAL DE ASSOCIADOS									
Movimento	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Admitidos e readmitidos	1.587	1.403	1.170	1.219	868	720	690	774	836
Eliminados por falecimento	788	857	833	832	798	808	825	839	934
Eliminados por abandono	1.923	1.675	1.609	1.617	1276	1370	1372	1159	913
<b>Associados em 31.12</b>	<b>57.101</b>	<b>55.972</b>	<b>54.465</b>	<b>53.092</b>	<b>51.815</b>	<b>50.357</b>	<b>48.850</b>	<b>47.626</b>	<b>46.615</b>
Varição anual	-1.124	-1.129	-1.272	-1.230	-1.206	-1.458	-1.507	-1.224	-1.011
Varição anual (%)	-2,0%	-2,0%	-2,3%	-2,3%	-2,3%	-2,9%	-3,1%	-2,6%	-2,2%

EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE ASSOCIADOS				
Movimento	2017	2016	Varição	%
Admitidos e readmitidos	836	774	62	8,01%
Eliminados por falecimento	934	839	95	11,32%
Eliminados por abandono	913	1.159	-246	-21,23%

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
57.101	55.972	54.465	53.092	51.815	50.357	48.850	47.626	46.615

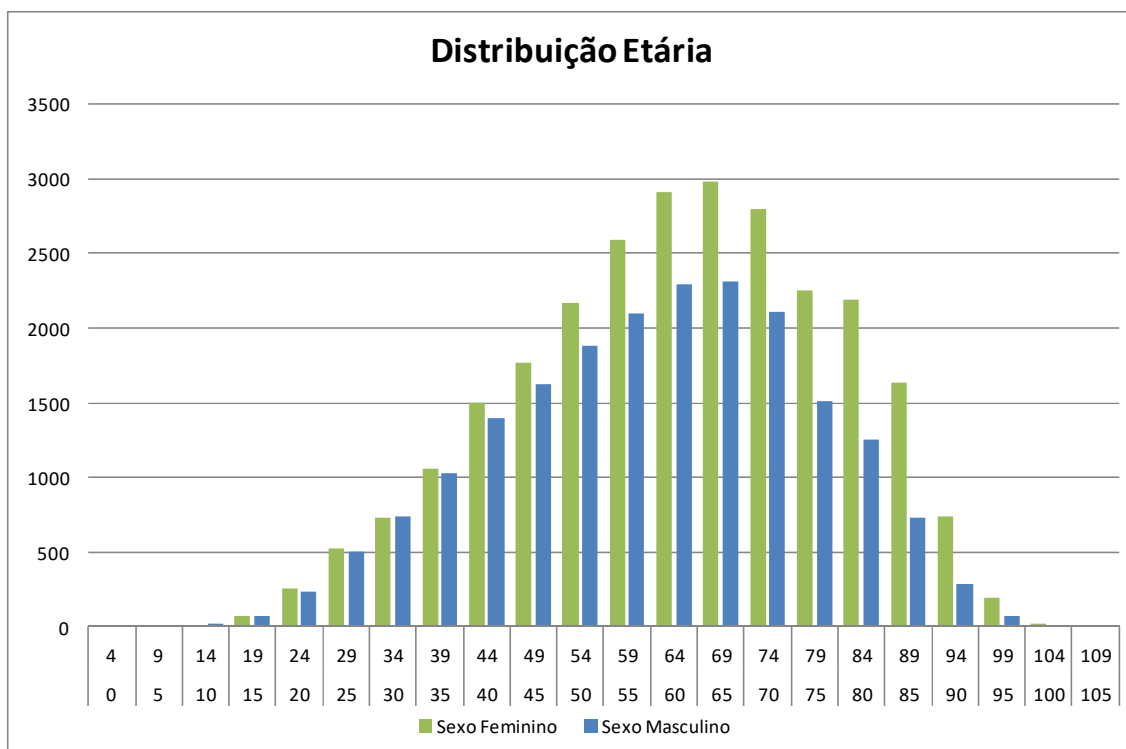


Em 2017, a estrutura etária dos nossos associados, por grandes grupos etários, demonstra algum envelhecimento. O grupo etário entre 60 e 80 anos é o mais numeroso, representando 41,13% do total, como se verifica no quadro seguinte. As mulheres estão em maioria (56,8% contra 43,2% dos homens).

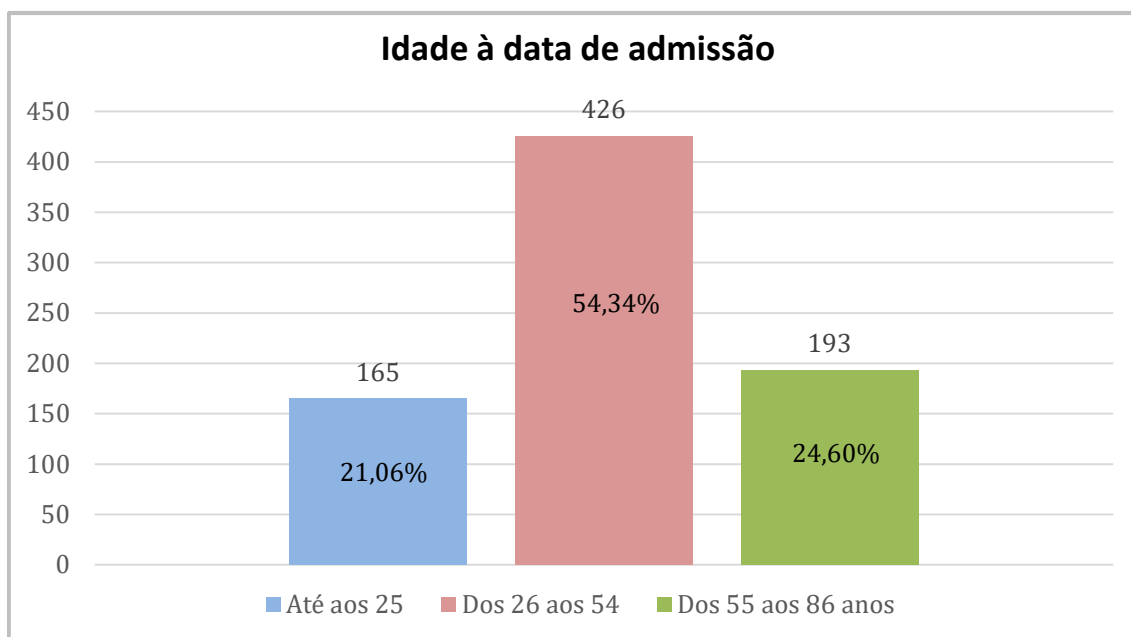
De qualquer forma, verifica-se que a proporção dos vários grupos etários, no total da nossa população associativa, se mantém com alguma estabilidade, apesar do envelhecimento referido. Tal deve-se ao facto de um pouco mais de 1/5 dos novos associados admitidos ter idade inferior a 25 anos, como se pode ver no gráfico respetivo mais à frente.

ESTATÍSTICAS DE ASSOCIADOS								
Grupo etário	Masculino		Feminino		Total		% do total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Até 20 anos	99	108	90	90	189	198	0,41%	0,42%
De 21 a 40 anos	2.503	2.692	2.574	2.801	5.077	5.493	10,89%	11,53%
De 41 a 60 anos	7.003	7.286	8.039	8.335	15.042	15.621	32,27%	32,80%
De 61 a 80 anos	8.222	8.273	10.951	11.007	19.173	19.280	41,13%	40,48%
De 81 a 100 anos	2.339	2.268	4.760	4.735	7.099	7.003	15,23%	14,70%
Mais de 100 anos	8	8	27	23	35	31	0,08%	0,07%
<b>Total</b>	<b>20.174</b>	<b>20.635</b>	<b>26.441</b>	<b>26.991</b>	<b>46.615</b>	<b>47.626</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

A distribuição por grupos etários quinquenais permite conhecer ainda melhor a estrutura etária dos nossos associados em 2017.



O gráfico seguinte informa-nos sobre a idade dos novos associados, admitidos em 2017, divididos em três grandes grupos: 0-25 anos e 26-54 anos (classe familiar) e mais de 56 anos (classe sénior).



## MOVIMENTO DE ASSOCIADOS POR ZONA

Em 2017, o movimento dos nossos associados foi o seguinte, por zonas e classes discriminadas:

ZONA	ASSOCIADOS ADMITIDOS E READMITIDOS		ASSOCIADOS ELIMINADOS POR FALECIMENTO E ABANDONO			VARIÇÃO	ASSOCIADOS EXISTENTES EM 31.12.2017				COBRANÇA EFETUADA
	FAMILIAR	SÉNIOR	FAMILIAR	ESPECIAL	SÉNIOR		FAMILIAR	ESPECIAL	SÉNIOR	TOTAL	
00	460	174	492		144	-2	10 664	2	1505	12 171	97,72%
01	3	2	12		2	-9	509		50	559	98,99%
02	3		28		1	-26	639		23	662	99,09%
03	5		18		4	-17	424		25	449	99,56%
04	4		45		11	-52	1 437		99	1 536	98,37%
05	4		28		3	-27	1 019		42	1 061	96,94%
06	16		33		4	-21	1 084		21	1 105	99,68%
07	12		57		6	-51	1 651		65	1 716	97,43%
08	5		27		1	-23	725		25	750	99,56%
09			12		1	-13	370		8	378	99,73%
10	15	2	73		2	-58	1 537		63	1 600	98,35%
11	32	6	66		1	-29	2 110		69	2 179	99,26%
12	18		70	1	3	-56	2 723		30	2 753	99,37%
13			4			-4	220		13	233	98,99%
14	9		32		3	-26	1 231		18	1 249	99,48%
15	4		63	2	1	-62	1 878	2	93	1 973	99,43%
16	5		53		2	-50	1 942		29	1 971	97,92%
17	4		72	1	2	-71	1 749	9	32	1 790	99,12%
18	10		49		6	-45	1 350		37	1 387	99,32%
19	3	1	63	2		-61	1 707	2	18	1 727	98,88%
20	2	4	29			-23	544		8	552	99,71%
21	4		28	1	1	-26	1 438	3	8	1 449	98,87%
22	1		30			-29	1 118		8	1 126	98,69%
23	4		54			-50	1 362		23	1 385	99,08%
24	3		25	1	1	-24	698	1	18	717	98,98%
25	3		25		3	-25	600		15	615	99,71%
26	4	1	34		6	-35	1 379		46	1 425	99,32%
27		2	7			-5	206		5	211	98,97%
28			2			-2	70			70	100,00%
29			1			-1	30			30	100,00%
30	11		54		6	-49	1 733		53	1 786	96,03%
	644	192	1586	8	214	-972	44 147	19	2 449	46 615	

## PRODUTOS DE INVESTIMENTO E SEGUROS

Através da Federação Mutualista “Mutuália”, da qual somos societários, prosseguimos o desenvolvimento da modalidade de produtos de investimento e de seguros, oferecendo aos nossos associados a possibilidade de subscreverem diversos planos de poupança mutualistas. Igualmente, apresentamos um seguro de saúde sem limite de idade nem questionário médico, da MGEN, associação mutualista francesa da área dos seguros.

Em parceria com a mediadora “Frontside”, proporcionamos aos nossos associados um seguro automóvel abaixo do preço médio do mercado e um seguro multirriscos.

Os resultados são animadores, tanto pelo número de seguros já subscritos pelos nossos associados, mas também pelo reconhecimento da utilidade deste serviço. No entanto, muito há ainda a evoluir, dado o potencial que representa o universo dos nossos associados.

Seguro Automóvel			Seguro de Saúde			Poupanças Mutualistas		
Simulações	Subscrições	%	Simulações	Subscrições	%	Simulações	Subscrições	%
280	77	27,5%	46	7	15,2%	9	7	77,8%

## TURISMO SOCIAL

Através da parceria com diversos operadores turísticos e agências de viagens, programámos um leque extenso de viagens de cultura e recreio, para todos os gostos e possibilidades. Acresce que proporcionamos, aos nossos associados e das organizações congéneres, planos de pagamento suaves.

Viajaram connosco 44 associados em 2017, para diversos destinos: Bélgica e Holanda, Paris e Benelux, Suíça e Tirol, Berlim e Europa Central, assim como, internamente, para o Alentejo, num programa mais curto de 3 dias.

## ASSISTÊNCIA MÉDIA E MEDICAMENTOSA

### Especialidades na Liga das Associações de Socorros Mútuos do Porto

Todos os nossos Serviços de Assistência Clínica e de Enfermagem estão a cargo da Liga das Associações de Socorros Mútuos do Porto, de que somos societários, para proporcionar aos nossos estimados associados e familiares consultas médicas, incluindo urgentes, a preços mutualistas.

Temos desenvolvido intenso trabalho, em conjugação de esforços com as restantes sete associações fundadoras da Liga, para que todos os serviços prestados sejam transferidos, no mais curto espaço de tempo possível, para as novas instalações. Desta forma, a qualidade do atendimento será substancialmente aumentada.

O número de consultas que constam do quadro seguinte mostram a importância desta modalidade para o bem-estar dos nossos associados.

Ano: 2017	
ESPECIALIDADES	CONSULTAS
Clinica Geral	2.451
Ginecologia	596
Ecografias	0
Crioterapia	0
Colposcopia	1
Cardiologia	230
Cirurgia Geral	9
Cirurgia Vasculard	72
Neurologia	183
Ortopedia	225
Otorrino	663
Audiogramas	0
Psiquiatria	289
Pneumologia	89
Psicologia	63
Podologia	442
Pediatria	58
Oftalmologia	1.510
Dermatologia	504
Endocrinologia	115
Gastroenterologia	51
Nutrição	49
Urologia	183
Reumatologia	86
Medicina Interna	41
Estomatologia	6.014
Proteses	711
Aparelhos	181
Implantes	67
Fisioterapia	777
Trat. Fisioterapia	9.091
Enf. Geral	462
Enf. Inj./Vacinas	704
Enf. Tensão Arterial	1.201
Enf. Lav. Ouvidos	52
Enf. Domicilio	332
Clin. Geral domicilio	114
Consulta dor	5
Terapia fala	24
Apoio Juridico	121
<b>Total</b>	<b>27.766</b>

## ACONSELHAMENTO JURÍDICO

Os nossos associados têm ao seu dispor um serviço de aconselhamento jurídico, prestado por um advogado em regime de avença, em parceria com a Liga.

## PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS DE FUNERAL

No sentido de prestarmos melhor serviço aos nossos associados e seus familiares, passámos a pagar o subsídio de funeral semanalmente e apenas ao responsável pela realização do serviço fúnebre. Assim, através deste contacto direto, temos conseguido esclarecer melhor os associados sobre os diversos procedimentos relativos a esta modalidade.

## SECÇÃO FUNERÁRIA

A nossa Secção Funerária está apetrechada para dar resposta imediata, eficaz e eficiente, durante 24 horas, às solicitações que nos são apresentadas pelos familiares dos associados falecidos, tanto da nossa Associação como das congéneres com as quais temos acordos de cooperação. Este serviço, reconhecidamente de elevada qualidade, só é possível com o empenho, a dedicação e a competência dos nossos trabalhadores.

Em 2017, realizámos 607 serviços fúnebres (aumento de 11,6 % em relação a 2016), o que demonstra a confiança crescente dos nossos associados e das congéneres nos serviços da nossa Secção Funerária, assim como a eficácia na sua divulgação.

O equilíbrio económico e financeiro da Secção Funerária continuou a ser uma prioridade em 2017. Os resultados operacionais positivos, no valor de € 34.470,74, demonstram que estamos no caminho certo, pois cresceram relativamente a 2016 (€ 14.277,16), ou seja, mais de 141%.

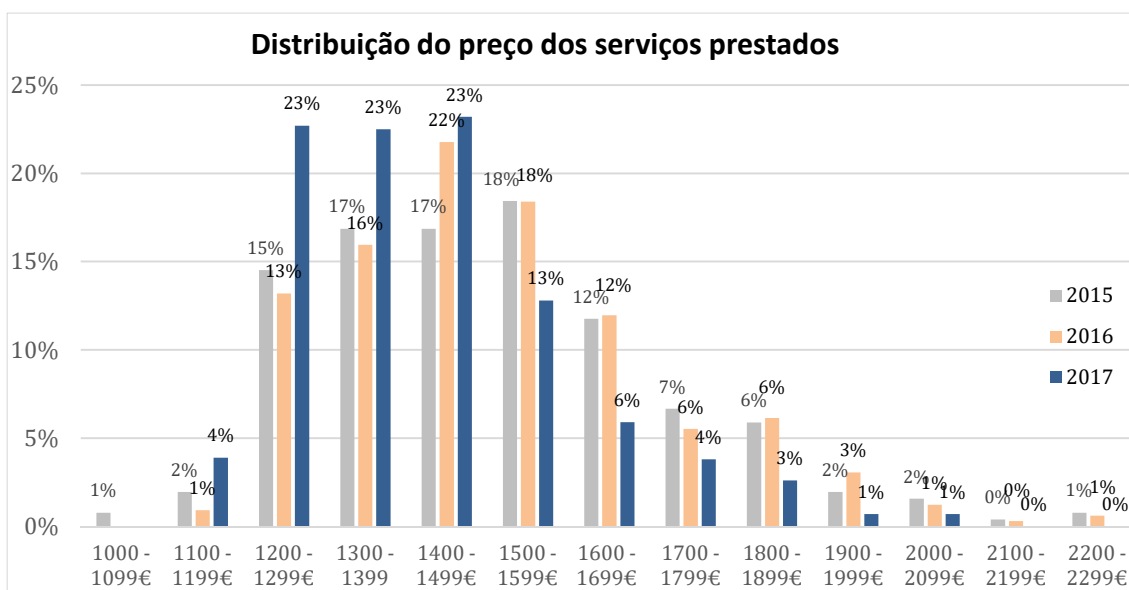
Será agora possível realizar obras na Secção Funerária, instalando uma plataforma elevatória para o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.

Por outro lado, o valor que falta receber dos utentes, resultantes da diferença entre o custo do funeral e o subsídio que recebem de uma associação mutualista, diminuíram drasticamente: o valor por receber entre 6 e 12 meses - janeiro a junho de 2017 - representa cerca de 1% do total da faturação da Secção Funerária e o montante em dívida inferior a 6 meses - 2º semestre - significa pouco mais de 5%. De notar que a quase totalidade deste valor mais recente será recebido, pois corresponde, na sua maioria, a serviços feitos nos últimos dois meses. Continuamos a trabalhar para recuperar os valores mais antigos, ainda em débito.

Em simultâneo, trabalhamos para conseguir tornar mais acessível o valor do serviço fúnebre. Assim, a média aritmética dos serviços prestados, em 2017, baixou cerca de € 86,00 face ao ano anterior.

Preço médio 2015	Preço médio 2016	Preço médio 2017
1.528,76€	1.518,34€	1.432,23€

Além disso, mais de 50% destes serviços custou menos de € 1.400 aos nossos associados, sempre prestados com a mesma qualidade e com a dignidade que o momento da homenagem devida a um ente querido falecido deve obrigar.



## FALECIMENTOS

Expressamos o nosso profundo sentimento pelo desaparecimento dos Associados e familiares verificados durante o ano de 2017. Em sua homenagem, mandámos rezar uma missa solene na Igreja da Trindade, com elevada participação dos nossos associados.

## APOIO AO LUTO

Ajudar os familiares dos associados falecidos a lidar melhor com a perda do ente querido é um objetivo do serviço de Apoio ao Luto. É assegurado pela nossa psicóloga clínica, que contratámos após o estágio realizado na nossa Instituição. A preparação dos nossos trabalhadores para prestar melhor apoio, logo no primeiro contacto, às pessoas enlutadas, constitui outra sua prioridade de trabalho.

## WORKSHOPS E NATAL SOLIDÁRIOS

No sentido de aumentar a participação dos nossos associados na vida associativa, iniciámos em 2017 a realização de workshops sobre diversos temas. São gratuitos, mas desafiamos os participantes a trazer um bem não perecível que fazemos chegar a famílias com dificuldades, sinalizadas pelos nossos assistentes da rede de cobrança.

Na época natalícia, promovemos, junto dos nossos associados, a recolha de bens que pudessem ser distribuídos por quem deles necessitasse. A iniciativa constituiu um grande sucesso, pela adesão solidária que mereceu da parte dos associados. De tal forma que entregámos a grande maioria dos bens recolhidos a diversas paróquias da nossa cidade.

## SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Como constava do Programa de Ação de 2017, começámos o estudo para a implementação deste serviço, que reputamos de grande importância para os associados mais idosos ou acamados.

Tivemos um conjunto alargado de reuniões, tanto com a tutela (Segurança Social), como com associações congéneres que já possuem Apoio Domiciliário. Foram ainda consultadas empresas que também prestam o serviço.

Porque nos pareceu, em princípio, mais apropriado partilhar serviços com instituições da nossa área, estamos a aguardar que a associação mutualista com mais experiência na prestação deste tipo de serviços consiga a autorização da tutela para poder alargar o número de utentes a apoiar, assim como o âmbito geográfico da sua atuação.

## **REVISÃO DOS ESTATUTOS E DO REGULAMENTO DE BENEFÍCIOS**

Estando para breve a aprovação e respetiva publicação do novo Código das Associações Mutualistas, os nossos Estatutos serão revistos em conformidade com as novas normas, para serem, posteriormente, submetidos à Assembleia Geral, para apreciação e aprovação dos senhores associados.

Para podermos responder melhor às solicitações dos nossos associados e, sobretudo, poder admitir novos, na classe familiar, com idade superior a 54 anos, procedemos à revisão do Regulamento de Benefícios. Com efeito, o atual já não responde às necessidades dos tempos de hoje e requer a devida atualização.

## **ESTUDO ATUARIAL**

Como decorre dos preceitos legais, passámos a realizar anualmente o estudo atuarial que determina o valor das reservas matemáticas que devemos constituir para assegurar o pagamento de subsídios. O valor apurado, para 31 de dezembro de 2017, é de € 5.207.469,56, o qual está coberto a 88% pelas provisões específicas e pelos fundos patrimoniais.

## **NOVO SITE**

Está concluída a construção do novo *site* da Associação, que pode (e deve) ser consultado em [www.abfamiliar.pt](http://www.abfamiliar.pt). Trata-se de uma ferramenta fundamental para a divulgação da vida da nossa Instituição e para a comunicação com os nossos associados e a população em geral. De forma prática e segura, têm todos ao seu dispor uma via cómoda para falar com os nossos serviços e com a Direção e demais órgãos sociais.

## **COMEMORAÇÕES DOS 140 ANOS DE VIDA DA NOSSA ASSOCIAÇÃO**

Iniciámos os 140 anos com o hastear das bandeiras, no dia 03 de janeiro de 2017, com a presença do Senhor Vereador Manuel Pizarro, em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto e dos órgãos sociais, nomeadamente do nosso Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Foi realizado um aturado trabalho de pesquisa e recolha de documentos e literatura, desde a data da fundação (1877) até aos nossos dias e preparado um filme de 14 minutos sobre a trajetória da cidade do Porto - com imagens e filmes da época – já exibido na Sessão Solene comemorativa das 14 décadas de existência, do passado dia 10 de março deste ano.

## **NOVA SEDE**

Começámos, ainda no final 2016, o trabalho de revisão do projeto de reabilitação do edifício da nossa nova sede. Com efeito, como já referimos em Assembleias Gerais anteriores, a nossa Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto vai inaugurar em breve um novo e moderno edifício, preparado para melhor servir os nossos associados em cuidados de saúde. Não seria sensato duplicarmos equipamentos para as mesmas funções.

O princípio do trabalho em rede entre as associações mutualistas, em complementaridade, obrigou-nos, por isso, a repensar as funções para que o edifício da nova sede deve estar vocacionado e, conseqüentemente, o programa de arquitetura do projeto.

Em 2017, sentimos necessidade de assessoria técnica de engenharia civil que, além deste processo de revisão, preparasse todos os procedimentos para o lançamento do concurso e escolha do empreiteiro para a execução da obra. Igualmente, que pudesse continuar a apoiar-nos com a fiscalização, durante os trabalhos de edificação do edifício.

Foi este trabalho intenso que realizámos o ano passado, para garantir que não venham a verificar-se derrapagens de qualquer natureza. O projeto e o respetivo caderno de encargos estão prontos. Está a ser elaborado o Plano de Negócios que suporte o acesso a financiamento.

Solicitaremos logo que possível, ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a convocação de uma sessão deste órgão, para que os nossos Estimados Associados se pronunciem sobre uma proposta de financiamento para a execução da obra.

## **CONSIGNAÇÃO DO IRS E DO IVA**

A campanha que realizámos, no sentido de sensibilizar os nossos associados para consignarem 0,5% do valor que pagaram relativo ao seu IRS de 2016, à nossa Associação, deu frutos: recebemos € 5.297,44 – ou seja, um acréscimo superior a 30% em relação ao de 2015. A este valor, devemos somar mais € 498,59 de consignação de IVA, verbas que nos vão permitir lançar uma Bolsa de Estudos Mutualistas para estudantes que queiram aceder a estudos superiores.

## **AGRADECIMENTOS**

Queremos deixar neste Relatório o nosso sincero agradecimento a todos quantos contribuíram, com a sua colaboração e amizade, para o engrandecimento da nossa Associação. Destacamos os nossos trabalhadores em geral, pela sua competência, disponibilidade, empenho e profissionalismo. Desde a Secretaria à Secção Funerária, passando pelos nossos Assistentes da Rede de Cobrança, agradecemos o trabalho paciente e por vezes difícil no relacionamento com os Associados.

Por último, queremos também registar o nosso agradecimento aos restantes membros dos Corpos Sociais - Assembleia Geral e Conselho Fiscal - que sempre de forma muito colaborante apoiaram a Direção na realização dos trabalhos levados a efeito. Agradecemos ainda à Direção-Geral dos Regimes de Segurança Social pelo apoio dispensado, à União das Mutualidades Portuguesas pela colaboração prestada, à RedeMut pela disponibilidade em divulgar as nossas iniciativas e às Direções amigas das nossas Congéneres pelos Acordos de Cooperação celebrados.

## **CONCLUSÃO**

Estamos certos de que apresentamos aos nossos Estimados Associados uma ideia geral do intenso trabalho que executámos durante o ano de 2017.

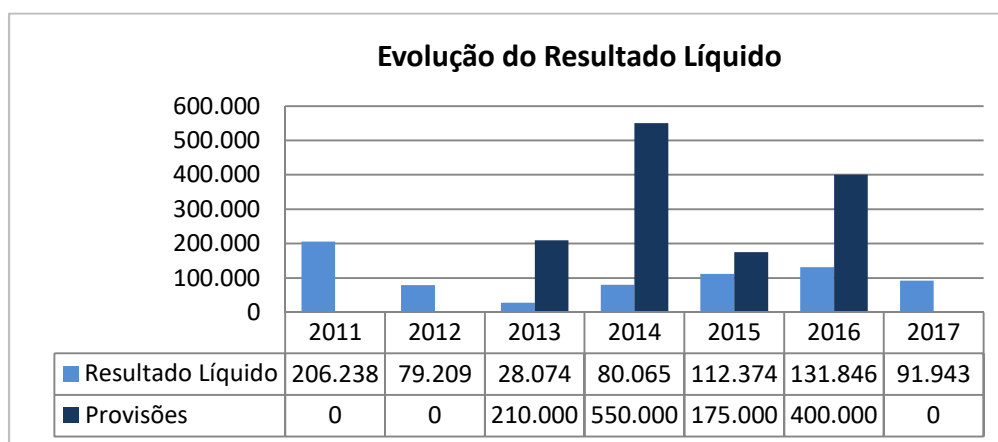
Esperamos que todo este trabalho, realizado com muita dedicação e honestidade, seja apreciado com todo o interesse a que nos habituaram, pelo que muito nos apraz endereçar as nossas mais sinceras saudações mutualistas de grande amizade.

## SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

O resultado líquido positivo do exercício de 2017 cifrou-se em 91.942,97€.

Fazendo uma análise da evolução dos resultados líquidos nos últimos anos, devemos referir que o resultado apurado, apesar de inferior a 2016, é considerado satisfatório.

Os resultados líquidos de 2017 incluem a imputação de resultados provenientes da Caixa Económica do Porto, no valor de 2.719,36€.



## FUNDOS PATRIMONIAIS, FUNDOS PRÓPRIOS E RESERVAS

	2017	2016
<b>Fundo Social</b>	<b>9.017,42</b>	<b>9.017,42</b>
<b>Outras Reservas</b>	<b>3.882.077,47</b>	<b>3.774.968,79</b>
Mod.Subs.Funeral, s.Med.Med.	3.244.556,48	3.206.037,76
Assist.Idade Sénior	100.308,09	53.101,15
Fundo Administração	163.656,28	151.798,32
Fundo de Reserva Geral	373.556,62	364.031,56
<b>Resultados Transitados</b>	<b>4.202,92</b>	<b>-24.737,11</b>
<b>Ajustamentos / out.var. fundos patrim.</b>	<b>1.657.864,91</b>	<b>1.473.110,00</b>
<b>Total</b>	<b>5.553.162,72</b>	<b>5.232.359,10</b>

## FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

Não se registaram factos dignos de destaque após o final do ano de 2017 e a data de apresentação deste Relatório.

## **CAIXA ECONÓMICA DO PORTO – CAIXA ANEXA**

Mais uma vez, apraz-nos registar que a Caixa Económica do Porto – Caixa Anexa (CEP) apresentou resultados positivos, constituindo um elemento de vitalidade para a nossa Associação, ao libertar fundos que serão reinvestidos socialmente.

Como recordarão, em 2016 foram alterados os Estatutos da CEP, a fim de os adaptar ao novo Regime Jurídico das Caixas Económicas, instituído pelo Decreto-Lei 190/2015, de 10 de Setembro. Posteriormente, foram eleitos os órgãos autónomos de administração e de fiscalização, para os quais obtivemos autorização para o exercício de funções, dada pelo Banco de Portugal, já em 2017.

Como já evidenciado no Relatório e Contas da CEP, está em curso um extenso trabalho de modernização dos serviços para permitir o acesso eletrónico às contas. Estamos convictos que esta evolução será determinante para o grande sucesso da nossa Caixa Económica do Porto.

## **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

A Direção propõe aos Ex.mos Associados que o resultado líquido de 2017, no montante de 91.942,97€, seja aplicado, nos termos dos art.º 34º a 39º dos Estatutos da nossa Associação, da seguinte forma:

- O Fundo disponível da modalidade “Assistência à Idade Sénior”, no montante de 7.984,49€, seja aplicado em 90% no respetivo fundo próprio e 10% no fundo de reserva geral;
- O resultado líquido da atividade “Secção Funerária”, e o montante de 102.651,40€ do fundo disponível do “Fundo de Administração”, sejam aplicados na cobertura do fundo da modalidade “Subsídio de Funeral e Assistência médica e medicamentosa”;
- O Fundo disponível resultante do “Fundo de Administração”, no montante de 83.958,48€, e os resultados transitados, no montante de 4.202,92€, sejam aplicados nesse respetivo fundo.

Porto, 19 de março de 2018

A DIREÇÃO

Carlos Jorge Costa Azevedo Silva  
Ana Eugénia Alves Nogueira Carvalho  
António Ferreira Pinheiro  
Orlando Rui Teixeira Veiga  
Manuel Joaquim Ribeiro Ferreira

## Controlo orçamento

	MODALIDADES DE BENEFÍCIOS		ACTIVIDADES			Fundo de Administração	Orçamentado 2017	Realizado 2017	Desvio
	Subsidio de Funeral e Assistência médica e medicamentosa	Assistência à Idade Sénior (Ass.Med.Med.)	Secção Funerária	Secção de Turismo	Ambulâncias - Transporte de Associados Doentes e dos Familiares abrangidos				
<b>Vendas e Serviços Prestados:</b>									
Vendas:									
Urnas e outros acessórios			420.000				420.000	301.317,76	-28,26%
Serviços Prestados:									
Quotas dos utilizadores									
Secção Funerária			520.000				550.000	555.051,87	0,92%
Secção Turismo Social							0	2.087,40	100,00%
Quotas e Joias									
Encargos de admissão						1.900	1.900	2.852,00	50,11%
Modalidade subsidio funeral	1.374.750	14.100	10.575	10.575		141.000	1.551.000	1.309.627,50	-15,56%
Modalidade assistencia à Idade Senior		18.136	477	477		1.909	21.000	17.638,00	-16,01%
<b>Custos da Vendas e Serviços Prestados</b>									
Custos das Vendas - Secção Funerária			420.000				420.000	301.317,76	-28,26%
Encargos suportados com Serviços Prestados									
Fornecimentos e serviços externos	350.000		100.000				450.000	271.679,71	-39,63%
Encargos com pessoal	365.500	36.550	413.950			34.000	850.000	844.780,58	-0,61%
Outros gastos e perdas									
Gastos com associados	25.000						6.000	8.731,26	45,52%
Prestações e outros encargos c/associados	680.000						680.000	634.109,80	-6,75%
Provisões específicas para modalidades	180.000						50.000	0,00	-100,00%
Depreciações do periodo	49.000	500	11.682	250		5.000	66.432	65.990,22	-0,67%
<b>Resultado bruto</b>	<b>-274.750</b>	<b>-4.814</b>	<b>5.420</b>	<b>10.802</b>	<b>0</b>	<b>105.809</b>	<b>27.468</b>	<b>61.965</b>	<b>125,59%</b>
<b>Outros rendimentos</b>									
Imputação de gastos a Caixa Economica							0	-28.745,40	100,00%
Rendimentos Caixa Economica	120.000	2.655				2.655	125.311	2.719,18	-97,83%
Consignação de IRS	7.000						7.000	4.341,17	-37,98%
Juros / outros rendimentos						50	50	29.208,39	58316,78%
<b>Outros gastos</b>									
Caixa Economica do Porto (FSE)							0	17.989,65	100,00%
Caixa Economica do Porto (Custo/pessoal)							0	10.755,75	100,00%
Outros									
Gastos de financiamento						-4.500	-4.500	-6.290,97	39,80%
<b>Fundos Disponíveis</b>	<b>-147.750</b>	<b>-2.158</b>	<b>5.420</b>	<b>10.802</b>	<b>0</b>	<b>104.014</b>	<b>155.329</b>	<b>91.943</b>	<b>-40,81%</b>



A BENEFICÊNCIA

# FAMILIAR

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DESDE 1877

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2017

## Balanço Individual em 31 de dezembro de 2017

Unidade monetária: EUROS

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	14.1	4 416 042,08	4 468 018,06
Ativos intangíveis	14.2	0,00	2,75
Investimentos Financeiros	14.3	1 839 362,19	2 024 846,88
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	14.4	20 475,29	11 234,35
Créditos a receber	14.5	103 268,08	141 736,72
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras ativos correntes	14.6	495 755,51	118 444,74
Diferimentos	14.7	3 656,41	2 812,77
Caixa e depósitos bancários	14.8	490 517,17	431 259,11
<b>Total do activo</b>		<b>7 369 076,73</b>	<b>7 198 355,38</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	14.9	9 017,42	9 017,42
Reservas	14.9	3 882 077,47	3 774 968,79
Resultados transitados	14.9	4 202,92	-24 737,11
Ajustamentos/ out.variações nos fundos patrimoniais	14.9	1 657 864,91	1 473 110,00
Resultado líquido do período		91 942,97	131 845,79
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>5 645 105,69</b>	<b>5 364 204,89</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas	14.10	1 335 000,00	1 335 000,00
Financiamentos obtidos		187 377,97	286 479,29
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14.11	28 744,07	12 103,68
Estado e outros entes públicos	14.12	24 164,16	24 330,75
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras passivos correntes	14.13	148 684,84	176 236,77
<b>Total do passivo</b>		<b>1 723 971,04</b>	<b>1 834 150,49</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>7 369 076,73</b>	<b>7 198 355,38</b>

**Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2017**

Unidade monetária: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	14.14	2.188.574,53	2.169.870,88
Custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-301.317,76	-330.766,66
Fornecimentos e serviços externos	14.15	-271.679,71	-194.738,72
Gastos com o pessoal	14.16	-844.780,58	-802.837,49
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	-173.762,24
Provisões Específicas (aumentos/reduções)		0,00	-400.000,00
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14.17	35.755,86	578.074,32
Outros gastos	14.18	-642.841,06	-626.157,93
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>163.711,28</b>	<b>219.682,16</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-65.990,22	-79.694,20
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>97.721,06</b>	<b>139.987,96</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	14.19	512,88	338,83
Juros e gastos similares suportados	14.19	-6.290,97	-8.481,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>91.942,97</b>	<b>131.845,79</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14.20	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>91.942,97</b>	<b>131.845,79</b>

**Demonstração Individual dos Resultados por Funções**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2017**

Unidade monetária: EUROS

	NOTAS	MODALIDADES DE BENEFÍCIOS		ACTIVIDADES			Fundo de Administração	PERÍODOS	
		Subsidio de Funeral e Assistência médica e medicamentosa	Assistência à Idade Sénior (Ass.Med.Med.)	Secção Funerária	Secção de Turismo	Caixa Económica do Porto		2017	2016
<b>Vendas e Serviços Prestados:</b>									
Vendas:									
Urnas e outros acessórios	1			301.317,76				301.317,76	330.766,66
Serviços Prestados:									
Quotas dos utilizadores									
Secção funerária	2			555.051,87				555.051,87	482.598,88
Secção Turismo Social	3				2.087,40			2.087,40	1.730,34
Ambulâncias e Transporte de Doentes								0,00	0,00
Quotas e Joias									
Encargos de admissão	4						2.852,00	2.852,00	1.782,00
Modalidade subsidio funeral	5	1.169.735,47	11.905,70	8.929,28			119.057,05	1.309.627,50	1.334.985,00
Modalidade assistência à Idade Sénior	5	400,86	15.232,82	400,86			1.603,45	17.638,00	18.008,00
<b>Custos da Vendas e Serviços Prestados</b>									
Custos das Vendas - Secção Funerária				301.317,76				301.317,76	330.766,66
Encargos suportados com Serviços Prestados									
Fornecimentos e serviços externos	6	198.499,85		73.179,86	0,00			271.679,71	194.738,72
Encargos com pessoal	6	347.582,64	18.969,78	438.201,21	2.087,40		37.939,56	844.780,58	802.837,49
Outros gastos e perdas									
Outros Gastos		8.731,26						8.731,26	44.112,03
Prestações e outros encargos c/associados	7	634.109,80						634.109,80	582.045,90
Provisões específicas para modalidades								0,00	573.762,24
Depreciações do período		42.714,02	431,45	18.530,20			4.314,55	65.990,22	79.694,20
<b>Resultado bruto</b>		<b>-61.501,23</b>	<b>7.737,29</b>	<b>34.470,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>81.258,40</b>	<b>61.965,20</b>	<b>-438.086,36</b>
Outros rendimentos									
Imputação de gastos a Caixa Económica						-28.745,40		-28.745,40	-64.114,53
Rendimentos Caixa Económica		2.224,78	247,20				247,20	2.719,18	508.624,80
Consignação de IRS		4.341,17						4.341,17	4.341,17
Juros / outros rendimentos		1771,61					27.436,78	29.208,39	69.788,35
Outros gastos									
Caixa Económica do Porto (FSE)						17.989,65		17.989,65	13.592,67
Caixa Económica do Porto (Custo/pessoal)						10.755,75		10.755,75	50.521,86
Outros							0,00	0,00	0,00
Gastos de financiamento							-6.290,97	-6.290,97	-8.481,00
<b>Fundos Disponíveis</b>		<b>-53.163,66</b>	<b>7.984,49</b>	<b>34.470,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>102.651,40</b>	<b>91.942,97</b>	<b>131.845,79</b>

## Demonstração Individual das alterações nos Fundos Patrimoniais em 2017

Unidade monetária: EUROS

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	TOTAL dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>	1	9.017,42		3.774.968,79	-24.737,11		1.473.110,00	131.845,79	5.364.204,89		5.364.204,89
		9.017,42		3.774.968,79	-24.737,11		1.473.110,00	131.845,79	5.364.204,89		5.364.204,89
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2			107.108,68	28.940,03		184.754,91	-131.845,79	188.957,83		188.957,83
				<b>107.108,68</b>	<b>28.940,03</b>		<b>184.754,91</b>	<b>-131.845,79</b>	<b>188.957,83</b>		<b>188.957,83</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3										
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3			107.108,68	28.940,03				136.048,71		136.048,71
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5										
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>	6=1+2+3+5	9.017,42		3.882.077,47	4.202,92		1.657.864,91	0,00	5.553.162,72		5.553.162,72

**Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2017**

Unidade monetária: EUROS

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de utentes		2 227 043,17	2 218 952,67
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-565 598,02	-519 122,85
Pagamentos ao pessoal		-847 318,56	-798 522,29
Caixa gerada pelas operações		814 126,59	901 307,53
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-2 965,03	-901,32
Outros recebimentos/pagamentos		-632 123,66	-552 344,95
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		179 037,90	348 061,26
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-18 450,00	-6 977,79
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		3 549,57	11 949,30
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		512,88	338,83
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-14 387,55	5 310,34
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-99 101,32	-96 756,49
Juros e gastos similares		-6 290,97	-8 481,00
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-105 392,29	-105 237,49
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		59 258,06	248 134,11
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		431 259,11	183 125,00
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		490 517,17	431 259,11

## **Anexo**

Nos termos da Portaria 220/2015, de 24 de julho, são indicadas as divulgações exigidas às ESNL, as quais serão abordadas de seguida.

### **1. Identificação da Entidade**

---

A Beneficência Familiar do Porto – Associação de Socorros Mútuos, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua Formosa, 325, freguesia de Santo Ildefonso, Concelho do Porto, pessoa coletiva n.º 500746516, reconhecida pela Segurança Social e registada no livro 2 das Associações de Socorros Mútuos da Direção Geral de Segurança Social. Constituem fins fundamentais da Associação a concessão de benefícios de segurança social e saúde, através de modalidades de benefícios individuais ou coletivos, destinados a reparar as consequências da verificação de fatos contingentes relativos à vida e à saúde dos Associados e suas famílias e outros fins de proteção social e promoção da qualidade de vida.

### **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

De acordo como Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aplica-se às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto.

As demonstrações financeiras a apresentar são: Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções; Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo. Por opção, a entidade pode apresentar a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais.

Após a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, os Decretos-leis n.º 158/2009, de 13 de julho, e 36-A/2011, de 9 de março, foram alterados, implicando a revisão das demonstrações financeiras.

O Decreto –Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, alterando o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.os 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83- C/2013, de 31 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, foram alteradas as portarias e os avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC. Para as ESNL, o sistema de normalização contabilística é composto por:

- Bases para as Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras – Portaria nº 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas – Portaria nº 218/2015, de 23 de julho;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para ESNL (NCRF-ESNL) – Aviso nº 8258/2015, publicado no Diário da República 2ª série, nº 146, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela A Beneficência Familiar na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras do exercício foram preparadas em todos os seus aspetos materiais de acordo com o regime de normalização contabilístico para as ESNL e Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) aprovadas pelo Decreto – Lei nº 36 – A/2011, de 9 de março, com alterações previstas na portaria nº 220/2015 de 24 de julho.

Os modelos das demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades do sector não lucrativo, segundo a portaria nº 220/2015, são os seguintes:

- ✓ Balanço, modelo ESNL;
- ✓ Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- ✓ Demonstração dos resultados por funções, modelo ESNL;
- ✓ Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- ✓ Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- ✓ Anexo, modelo ESNL;
- ✓ Pagamentos e recebimentos, património fixo e direitos e compromissos futuros.

#### 3.1.1. Regime de Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram independentemente do momento do pagamento ou do recebimento sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.2. Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, A Beneficência Familiar continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3. Compreensibilidade e Relevância**

De forma que as informações apresentadas sejam rapidamente compreensíveis, serão adicionadas notas às demonstrações financeiras, destacando as rubricas mais relevantes para tomada de decisões dos utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Compensação**

A relevância da informação é prestada por cada classe material de itens semelhantes, sendo apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras as quais resultam do processamento de grandes números de transações e/ou de outros acontecimentos agregados em classes de harmonia com a sua natureza ou função.

### **3.1.5. Fiabilidade**

A informação apresenta fidedignamente as transações e outros acontecimentos de que resultem ativos, passivos e capital próprio da entidade.

### **3.1.6. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras são consistentes com as do exercício anterior.

### **3.1.7. Compensação**

Pelo fato das quantias dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

### **3.1.8. Informação comparativa**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017, e as Demonstrações Financeiras, são comparáveis com as do exercício anterior.

## **4. Ativos Fixos Tangíveis**

---

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos das depreciações acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimada para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos de acordo com o Decreto-Regulamentar nº2/90, de 12 de Janeiro, para bens adquiridos entre 01/01/1989 e 31/12/2009; e/ou no Decreto-Regulamentar nº25/2009, de 14 de Setembro, para bens adquiridos após 01/01/2010 que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

As taxas de depreciação utilizadas, reduzidas em 50% neste período e provavelmente seguintes, por medida de precaução face a evolução decrescente dos resultados, correspondem aos períodos de vida útil regulamentada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	10 anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	-----

#### **4.1. Bens do património histórico e cultural**

A Beneficência Familiar não possui bens do património histórico e cultural registado.

#### **4.2. Propriedades de investimento**

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo custo de aquisição na correspondente rubrica, deduzidas das depreciações acumuladas.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rúbricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### **5. Ativos Intangíveis**

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para A Beneficência Familiar e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

## 6. Custos de empréstimos obtidos

---

### Empréstimos obtidos

A Beneficência Familiar tem um empréstimo contraído que no final do ano de 2017 tinha um valor de 187.377,97€. Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão deste empréstimo. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

### Locações

A Beneficência Familiar não tem contratualizados contratos de locações financeiras e/ou operacionais.

## 7. Inventários

---

A Beneficência Familiar efetua compra de mercadorias e matérias-primas subsidiárias, na secção Funerária. Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os inventários que A Beneficência Familiar detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelos custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

## 8. Rendimentos e ganhos

---

Os rendimentos, nomeadamente as quotizações, são contabilizados como proveito no momento do seu recebimento. Os restantes rendimentos, por exemplo, os da Secção Funerária, são contabilizados no momento em que a prestação de serviços é realizada.

Os gastos são contabilizados no período a que dizem respeito e não no ato do pagamento.

## 9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

---

Periodicamente, A Beneficência Familiar analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam se objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, não tem registado obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos. Assim, reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um exfluxo passado que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que A Beneficência Familiar reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data do relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

## 10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

---

Não foram recebidos “*Subsídios do Governo*” e “*Apoios do Governo*”.

## 11. Instrumentos financeiros

---

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas procedentes de associados que se encontram com saldo devedor no final do período estão mensuradas pelo seu valor deduzidas no Balanço de eventuais perdas por imparidade de dívidas de associados.

### Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

### Outros ativos e passivos financeiros

Na rubrica de ativos financeiros estão registados no Balanço ao valor de aquisição deduzidos de eventuais perdas por imparidade reconhecidas na rubrica “*Perdas por Imparidade*”.

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

## 12. Benefícios dos empregados

---

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram respetivamente “5” em cada ano, não tendo ocorrido nos períodos qualquer demissão.

O número médio de pessoas ao abrigo da Beneficência Familiar em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

Trabalhadores dependentes: 52

## 13. Acontecimentos após a data de balanço

---

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

## 14. Notas às Demonstrações Financeiras

### 14.1. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	4.931.075,61			-12.319,09		4.918.756,52
Equipamento de transporte	405.208,50					405.208,50
Equipamento administrativo	303.845,60		10.554,00			293.291,60
Equipamento básico	204.542,63					204.542,63
Outros Ativos Fixos tangíveis	149.461,33		8.850,81			140.610,52
Ativos Fixos Tangíveis em curso		18.450,00		12.319,09		30.769,09
<b>Total</b>	<b>5.994.133,67</b>	<b>18.450,00</b>	<b>19.404,81</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.993.178,86</b>

Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	566.879,39	53.816,08	615,95			620.079,52
Equipamento de transporte	400.745,05	765,00				401.510,05
Equipamento administrativo	292.546,91	4.354,55	10.554,00			286.347,46
Equipamento básico	146.084,83	4.057,20				150.142,03
Outros Ativos Fixos tangíveis	119.859,43	2.997,39	3.799,10			119.057,72
<b>Total</b>	<b>1.526.115,61</b>	<b>65.990,22</b>	<b>14.969,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.577.136,78</b>
<b>Quantia escriturada líquida</b>						<b>4.416.042,08</b>

### 14.2. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 1 de Janeiro de 2017	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31 de Dezembro de 2017
<b>Custo</b>						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	120 902,79					120 902,79
Propriedade Industrial						
Outros Ativos Intangíveis						
<b>Total</b>	<b>120 902,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120 902,79</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	120 900,04	2,75				120 902,79
Propriedade Industrial						
Outros Ativos Intangíveis						
<b>Total</b>	<b>120 900,04</b>	<b>2,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120 902,79</b>
<b>Quantia escriturada líquida</b>						<b>0,00</b>

### 14.3. Investimentos Financeiros

A Beneficência Familiar efetuou a sua inscrição e contribuição para a Liga das Associações Mutualistas do Porto e Mutuália – Federação Mutualista no valor de 1.246,99€ e 40.000,00€, respetivamente, registadas em “Investimentos em entidades conjuntamente controladas”.

A participação de capital na Caixa Económica do Porto registada em “Investimentos em subsidiárias” sofreu um ajustamento devido ao reconhecimento dos resultados obtidos em 2017 e às variações ocorridas no capital próprio.

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

	2017	2016
<b>Investimentos Financeiros</b>		
<b>Investimentos em subsidiárias</b>		
Método de Equivalência Patrimonial	1.789.228,70	1.983.223,41
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associados</b>		
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>		
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	41.246,99	41.246,99
<b>Investimentos noutras empresas</b>	7.980,24	0,00
<b>Outros investimentos financeiros</b>	906,26	376,48
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.839.362,19</b>	<b>2.024.846,88</b>

### 14.4. Inventários

A Instituição tem mercadorias e/ou matérias subsidiárias em 31 de dezembro de 2017, na Secção Funerária, no valor de 20.745,29€.

### 14.5. Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Utentes c/c</b>		
Utentes	103.268,08	141.736,72
Utentes		
<b>Utentes factoring</b>		
Utentes		
<b>Utentes em cobrança duvidosa</b>		
Utentes	173.762,24	173.762,24
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	-173.762,24	-173.762,24
<b>Total</b>	<b>103.268,08</b>	<b>141.736,72</b>

Para efeitos de comparabilidade, no ano de 2016, foi colocado no Balanço o valor de créditos a receber em conta corrente, no montante de 141.736,72€, que se apresenta líquido das perdas por imparidade acumuladas, anteriormente apresentadas em provisões.

#### 14.6. Outros Ativos Correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “*Outros ativos correntes*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.554,51	4.291,27
Outros devedores e credores	493.285,23	114.153,47
Outras operações com pessoal	915,77	0,00
<b>Total</b>	<b>495.755,51</b>	<b>118.444,74</b>

#### 14.7. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Outros custos diferidos	3.656,41	2.812,77
<b>Total</b>	<b>3.656,41</b>	<b>2.812,77</b>

#### 14.8. Caixa e depósitos bancários

Saldos da rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Descrição	2017	2016
Caixa	2.166,46	9.625,19
Depósitos à Ordem	485.350,71	418.633,92
Depósitos a Prazo	3.000,00	3.000,00
<b>Total</b>	<b>490.517,17</b>	<b>431.259,11</b>

#### 14.9. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos Patrimoniais*” é composta pela rubrica “*Fundos*” reportando as reservas constituídas por fundos acumulados.

Em 2017, ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 1 de Janeiro de 2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 de Dezembro de
<b>Fundos</b>	<b>9.017,42</b>			<b>9.017,42</b>
<b>Excedentes técnicos</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
<b>Reservas</b>	<b>3.774.968,79</b>	<b>107.108,68</b>		<b>3.882.077,47</b>
Mod.Subs.Funeral, s.Med.Med.	3.206.037,76	38.518,72		3.244.556,48
Assist.Idade Senior	53.101,15	47.206,94		100.308,09
Fundo Administração	151.798,32	11.857,96		163.656,28
Fundo de Reserva Geral	364.031,56	9.525,06		373.556,62
<b>Resultados transitados</b>	<b>-24.737,11</b>	<b>28.940,03</b>		<b>4.202,92</b>
<b>Excedentes de revalorização</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
<b>Ajustamentos/ Outras variações fundos patrimoniais</b>	<b>1.473.110,00</b>	<b>184.754,91</b>		<b>1.657.864,91</b>
<b>Total</b>	<b>5.232.359,10</b>	<b>320.803,62</b>	<b>0,00</b>	<b>5.553.162,72</b>

#### 14.10. Provisões, Passivos e Ativos contingentes

No período de 2017 não foram registadas “*Provisões Específicas do Setor*”. A Beneficência Familiar, deve constituir provisões matemáticas, constituídas por disposição legal para ocorrerem a encargos com associados por subsídios subscritos.

Segundo o Relatório Atuarial, datado a 6 de fevereiro de 2018, o valor calculado de reservas matemáticas de 5.207.469,56€ é sustentado em 88% pelas provisões específicas acumuladas de 1.335.000€ e os fundos patrimoniais existentes de 3.244.556,48€.

##### Passivos contingentes

A Associação não tem conhecimentos do passado que originem uma obrigação presente.

##### Ativos contingentes

A Associação não tem ativos provenientes de acontecimentos passados.

#### 14.11. Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedor c/c	28.744,07	12.103,68
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas recepção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>28.744,07</b>	<b>12.103,68</b>

#### 14.12. Estado e outros entes públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros entes públicos		
	2017	2016
<b>Retenção de impostos sobre rendimentos</b>		
<b>IRS</b>		
Trabalho dependente	5.032,00	7.895,00
Trabalho Independente	2.259,99	75,23
Prediais	576,04	700,09
Sobretaxa	0,00	126,00
<b>IRC</b>		
Prediais	129,00	0,00
<b>Total Retenções</b>	<b>7.997,03</b>	<b>8.796,32</b>
<b>Imposto Sobre o valor Acrescentado (IVA)</b>		
Iva a pagar	1.661,05	1.401,05
<b>Contribuições para a segurança social</b>		
Contribuições a pagar	14.449,16	14.102,07
<b>Outros Impostos e Taxas</b>		
Fundos de Compensação	56,92	31,31
<b>Total a Pagar</b>	<b>24.164,16</b>	<b>24.330,75</b>

#### 14.13. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Pessoal</b>		
Remunerações a pagar	11.269,94	11.057,86
Fornecedores de Investimentos		
Credores por acréscimo de gastos	93.841,40	115.347,75
Outros credores	43.573,50	49.831,16
<b>Total</b>	<b>148.684,84</b>	<b>176.236,77</b>

#### 14.14 Réditos

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	301.317,76	330.766,66
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas e jóias	1.330.117,50	1.354.775,00
<b>Prestação de serviços a associados e utentes</b>		
Secção Funerária	552.306,71	482.226,01
Turismo Social	2.087,40	1.730,34
Serviços Transporte de Doentes		
Serviços Secundários	2.745,16	372,87
<b>Total</b>	<b>2.188.574,53</b>	<b>2.169.870,88</b>

#### 14.15 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	799,52	0,00
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	55.690,53	44.409,28
Publicidade e Propaganda	20.091,18	6.547,91
Vigilância e Segurança	249,26	0,00
Honorários	45.084,49	15.249,77
Conservação e Reparação	26.522,51	13.550,80
Outros	2.171,85	14.144,44
<b>Total Serviços Especializados</b>	<b>149.809,82</b>	<b>93.902,20</b>
Materiais	18.457,72	16.641,58
Energia e fluidos	22.596,87	19.874,73
Deslocações, estadas e transportes	7.014,55	6.363,02
Serviços diversos		
Rendas e Alugueres	33.623,88	33.499,69
Comunicações	20.044,19	9.920,00
Seguros	3.386,41	3.277,59
Contencioso e Notariado	986,30	2.883,07
Limpeza, Higiene e Conforto	1.724,90	2.887,20
Outros Serviços	13.235,55	5.489,64
<b>Total Serviços Diversos</b>	<b>73.001,23</b>	<b>57.957,19</b>
<b>Total</b>	<b>271.679,71</b>	<b>194.738,72</b>

#### 14.16 Gastos com Pessoal

A rubrica “Gastos com Pessoal” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Remuneração dos Órgãos Sociais	41.025,00	0,00
Remuneração do pessoal	639.971,41	630.625,92
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	2.509,35	5.641,94
Encargos sobre as Remunerações	138.055,38	128.017,77
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.383,58	25.498,48
Outros Gastos com o Pessoal	18.835,86	13.053,38
<b>Total</b>	<b>844.780,58</b>	<b>802.837,49</b>

#### 14.17 Outros rendimentos

A rubrica “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	25.237,99	68.378,29
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,01	377,52
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros*	2.719,18	508.624,80
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros Rendimentos e ganhos	7.798,68	693,71
<b>Total</b>	<b>35.755,86</b>	<b>578.074,32</b>

\*Rendimentos provenientes do reconhecimento dos resultados obtidos na Caixa Económica do Porto – Caixa Anexa

#### 14.18 Outros Gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	153,50	99,02
Descontos de pronto pagamento concedidos	2,20	2,20
Dívidas incobráveis	0,00	36.326,72
Gastos e perdas nos restantes investimento	3.651,71	1.050,09
Outros gastos e perdas	4.923,85	6.634,00
Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	634.109,80	582.045,90
<b>Total</b>	<b>642.841,06</b>	<b>626.157,93</b>

#### 14.19 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Juros e gastos similares suportados	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5.251,98	7.974,78
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	1.038,99	506,22
<b>Total</b>	<b>6.290,97</b>	<b>8.481,00</b>

Juros e rendimentos similares obtidos	2017	2016
Juros obtidos	282,76	108,71
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	230,12	230,12
<b>Total</b>	<b>512,88</b>	<b>338,83</b>

#### 14.20 Imposto sobre o Rendimento

Segundo a alínea b) do número 1 do artigo 10º do CIRC, a A Beneficência Familiar, considerada uma IPSS, está isenta de impostos sobre o rendimento.

### 15 Notas à demonstração de resultados das modalidades

1. As vendas foram efetuadas ao preço de custo.
2. As quotas da secção funerária são o cômputo global dos serviços prestados através da secção, expurgadas de todas as despesas e encargos com urnas e outros acessórios.
3. Na secção de turismo, estão registadas as comissões recebidas pela angariação de associados para as viagens disponibilizadas.
4. Os montantes dos encargos de admissão foram imputados ao Fundo de Administração na medida em que não há disposição estatutária ou regulamentar para a aplicação deste montante.
5. Os montantes das quotas e joias das modalidades “Subsídio de Funeral” e “Assistência à Idade Sénior” foram feitos de acordo com o disposto no artº 7º do Regulamento de Benefícios destas modalidades.
6. De acordo com o disposto no artº 6º do Regulamento de Benefícios da modalidade, a imputação foi feita às modalidades e atividades em função da natureza do gasto.
7. As prestações e outros encargos com associados correspondem ao subsídio de funeral e outros encargos com modalidades e atividades.

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 e novembro.

## 17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 19 de março de 2018

A Contabilista Certificada,



Joana Leal

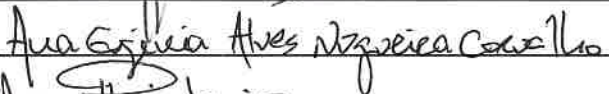
C.C. 91971

A DIREÇÃO

Carlos Jorge Costa Azevedo Silva



Ana Eugénia Alves Nogueira Carvalho



António Ferreira Pinheiro



Orlando Rui Teixeira Veiga



Manuel Joaquim Ribeiro Ferreira



## A BENEFICENCIA FAMILIAR (A.S.M.)

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados:

Analisadas as Demonstrações Financeiras do ano 2017 e a restante documentação constante das pastas “A Beneficência Familiar – A. S.M. e a sua Secção Funerária” e em conformidade com as disposições legais e estatutárias e o mandato que nos foi conferido vem o conselho fiscal da Beneficência Familiar (A.S.M.) apresentar o seu parecer relativo ao exercício de 2017:

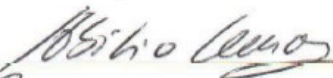
#### PARECER:

- O Conselho Fiscal analisou o relatório e contas da direção referente ao ano 2017 sendo de opinião que estes documentos estão de acordo com as disposições legais e contabilísticas aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral;
- Salientamos com base no relatório e contas da direção e o parecer constante no relatório da auditoria um resultado líquido de 91.943 euros;
- Com base no relatório de auditoria, o Conselho Fiscal verifica um défice de provisões específicas face a encargos futuros com associados no montante de 627.913 euros, pelo que se recomenda a constituição destas provisões sempre que o resultado o permita;
- Que a Assembleia Geral aprove um voto de louvor à direção e a todos os trabalhadores pela dedicação e empenho demonstrado, o qual contribuiu para o resultado líquido apurado.

Porto, 26 de março de 2018

#### O CONSELHO FISCAL

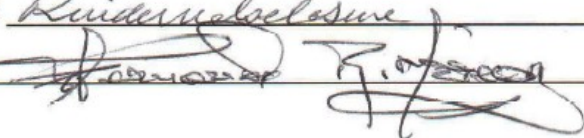
PRESIDENTE



SECRETARIO



RELATOR





## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **A BENEFICÊNCIA FAMILIAR DO PORTO – ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 7.369.077 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.645.106 euros, incluindo um resultado líquido de 91.943 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **A BENEFICÊNCIA FAMILIAR DO PORTO – ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

De acordo com o estudo atuarial efetuado por atuário independente, reportado à data de 31 de dezembro de 2017, e face às conclusões aí vertidas, verificamos existir um défice de provisões específicas, para fazer face a encargos futuros com associados, que ascende a 627.913 euros e corresponde a cerca de 12% das necessidades totais identificadas no estudo atuarial.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 23 de março de 2018

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por



JOÃO CARLOS CRUZEIRO, ROC N° 1363